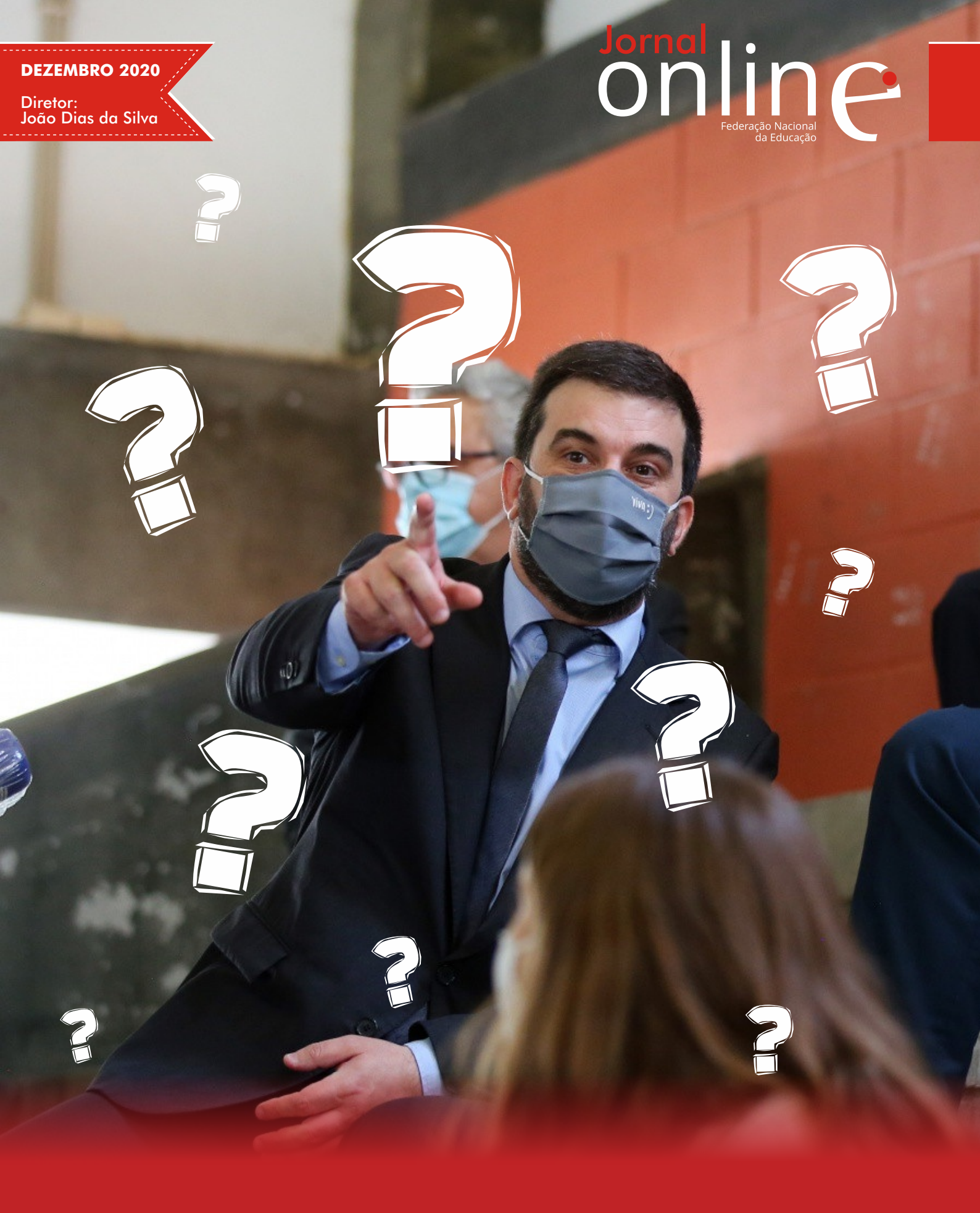


DEZEMBRO 2020

Diretor:
João Dias da Silva

Jornal
online

Federação Nacional
da Educação



ME não pode continuar a ignorar as propostas da FNE

EXIGIMOS RESPOSTAS

EXIGEM-SE RESPOSTAS ADEQUADAS ÀS CIRCUNSTÂNCIAS EXCECIONAIS QUE VIVEMOS

Estamos a terminar o difícil ano de 2020 e são ainda maiores do que habitualmente as nossas incertezas sobre o futuro. A evolução da pandemia está ainda rodeada por uma falta enorme de informação suficiente que a ciência, com toda a tecnologia de que dispomos, não está em condições de nos transmitir. Estamos, deste modo, a entrar no ano de 2021 sem saber ao certo até que ponto as limitações com que estamos confrontados vão ter de continuar a ser aplicadas. Tal como a FNE tem vindo a denunciar, o que não se entende neste contexto é que no Ministério da Educação se continue a pensar, ou pelo menos a agir, como se estivéssemos a viver um período normal, sem que sejam adotadas as medidas excecionais que a situação anormal que vivemos deveria exigir.

Nas nossas escolas, continua a pedir-se um esforço enorme para manter com a normalidade possível os processos de ensino-aprendizagem. Todos entendemos que a continuação do ensino presencial é essencial. Ninguém quer repetir o encerramento das escolas. Mas temos bem consciência das enormes exigências que hoje se levantam, particularmente aos docentes, com a responsabilidade de trabalharem com alunos, quer presencialmente, quer a distância. É por isso que a FNE insiste na necessidade de se garantir que os docentes possam estar exclusivamente investidos naquilo que é o nuclear da sua atividade e que é o seu trabalho com os alunos e por causa dos alunos, dispensando-os de tudo o que possam ser solicitações de outro tipo que os desviem do que deve ser a sua atividade essencial.

Por outro lado, seria avisado que o Ministério da Educação encontrasse, em diálogo com os parceiros, os mecanismos que pudessem solucionar a situação dos alunos que permanecem sem aulas. É que não basta lembrar às direções das escolas os mecanismos que a legislação já prevê para recrutarem e colocarem docentes. Torna-se essencial determinar novos enquadramentos para que estes processos garantam na prática a colocação dos professores que são necessários. Mas é preciso também que as escolas estejam dotadas dos técnicos especializados, dos assistentes técnicos e dos assistentes operacionais que assegurem o funcionamento de todos os serviços que as escolas devem pôr à disposição dos seus alunos neste contexto e com as especiais exigências que nestas circunstâncias uma escola inclusiva deve garantir.

O Ministério da Educação não pode continuar a fingir que a normalidade está adquirida, mantendo-se indiferente às exigências que o dia a dia nos suscita.

A FNE não desiste de exigir as respostas que forem adequadas às especiais e difíceis circunstâncias que vivemos.

João Dias da Silva
Secretário-Geral



NESTA EDIÇÃO

P.2 - EDITORIAL | **P.3 À P.5** - FNE EM 2020 - O ANO EM IMAGENS | **P.6 À P.9** - BRAVO NICO: "A DIVERSIDADE É O MELHOR TERRENO PARA A APRENDIZAGEM" | **P.10 À P.13** - RODRIGO QUEIROZ E MELO: «UM MURO DE BETÃO ENTRE PÚBLICO E PRIVADO LEVA AO DESASTRE» | **P.14, P.15** - OS SINDICATOS DA FNE DESEJAM | **P.16** - FNE DESAFIOU O ME PARA A NEGOCIAÇÃO | **P.17** - FNE DEIXOU O ALERTA: ME NÃO PODE CONTINUAR A FINGIR QUE A NORMALIDADE ESTÁ ADQUIRIDA | **P.18** - ANO LETIVO 2019/2020 DO EPE - UM BALANÇO NEGATIVO | **P.19** - IE DESTACOU RESULTADOS DO «RELATÓRIO: CONDIÇÕES DAS ESCOLAS NO REGRESSO DAS AULAS PRESENCIAIS» | **P.20, P.21** - O TELETRABALHO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PORTUGUESA | **P.22** - CSEE TRAÇA RUMO PARA OS PRÓXIMOS 4 ANOS NA EDUCAÇÃO | **P.23** - FNE ASSOCIOU-SE A CAMPANHA DA ETUCE | **P.24, P.25** - O TELETRABALHO - UMA NOVA REALIDADE, NOVOS RISCOS! | **P.26** - DIPLOMAS PUBLICADOS EM DR DE 26 DE NOVEMBRO A 21 DE DEZEMBRO DE 2020 | **P.27** - + VANTAGENS FNE

FNE EM 2020

o ano em imagens



2020 | o ano da em imagens

janeiro



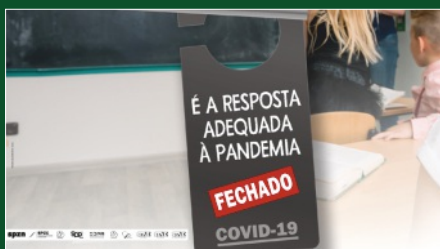
2020 iniciou com uma reunião onde a FNE desafiou o Ministério da Educação para a negociação e diálogo.

fevereiro



FNE lançou a campanha "Por aumentos salariais dignos!" e encheu a caixa de correio do Primeiro-Ministro.

março



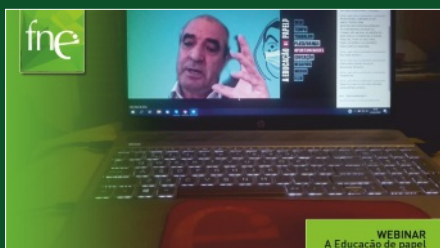
Março trouxe o COVID-19 e novos desafios sociais aos portugueses onde se incluíram as aulas a distância.

abril



Abril foi mês de emergência e a FNE fez doação de 5000 viseiras de proteção de rosto a hospitais, centros de saúde, bombeiros e a escolas, de norte a sul do país.

maio



FNE comemorou o 1º de Maio em formato online com o primeiro webinar do Canal 4 da AFJET - «A Educação de Papel»

junho



A VIII Convenção Nacional FNE/CONFAP/ANDAEP com o tema "A Escola como foi, como está a ser... e como será?" aconteceu pela primeira vez em formato de videoconferência.

julho



FNE apresentou em conferência de imprensa um documento com contributos para o ano letivo 2020/2021.

agosto



FNE reuniu com a Secretária de Estado da Educação a propósito de um Decreto-Lei que o Governo iria aprovar com vista à prorrogação dos contratos a termo resolutivo e que vigoravam até ao dia 31 de agosto de pessoal não docente.

setembro



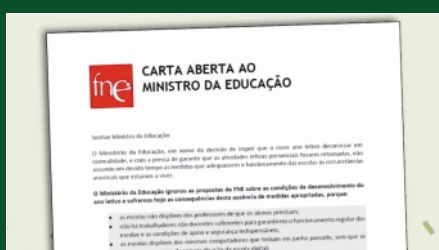
O início do ano letivo foi assinalado pela FNE com visitas a escolas em Vila Nova de Gaia e Lisboa.

outubro



O Dia Mundial do Professor marcou este mês e foi assinalado com o webinar "E agora, Professores?", que contou com o Professor Doutor António Nóvoa como orador convidado.

novembro



FNE enviou uma Carta Aberta ao Ministro da Educação para denunciar ausência de respostas.

dezembro



Dezembro marcou o fim do ciclo de cinco webinars englobado no Fórum FNE 2020, que este ano, e de forma excecional, aconteceu em formato exclusivamente digital.

26 de novembro

17:00H às 18:00H

fne

FORUM 2020

**w4 Um sistema educativo
para a equidade**

ORADOR



Bravo Nico
Universidade de Évora

Josefa Lopes
Presidente do SDPSul e membro do
Secretariado Nacional da UGT, pela FNE



Paulo Fernandes
Secretário Executivo da FNE



MODERADORES

A participação é gratuita mas com inscrição obrigatória.



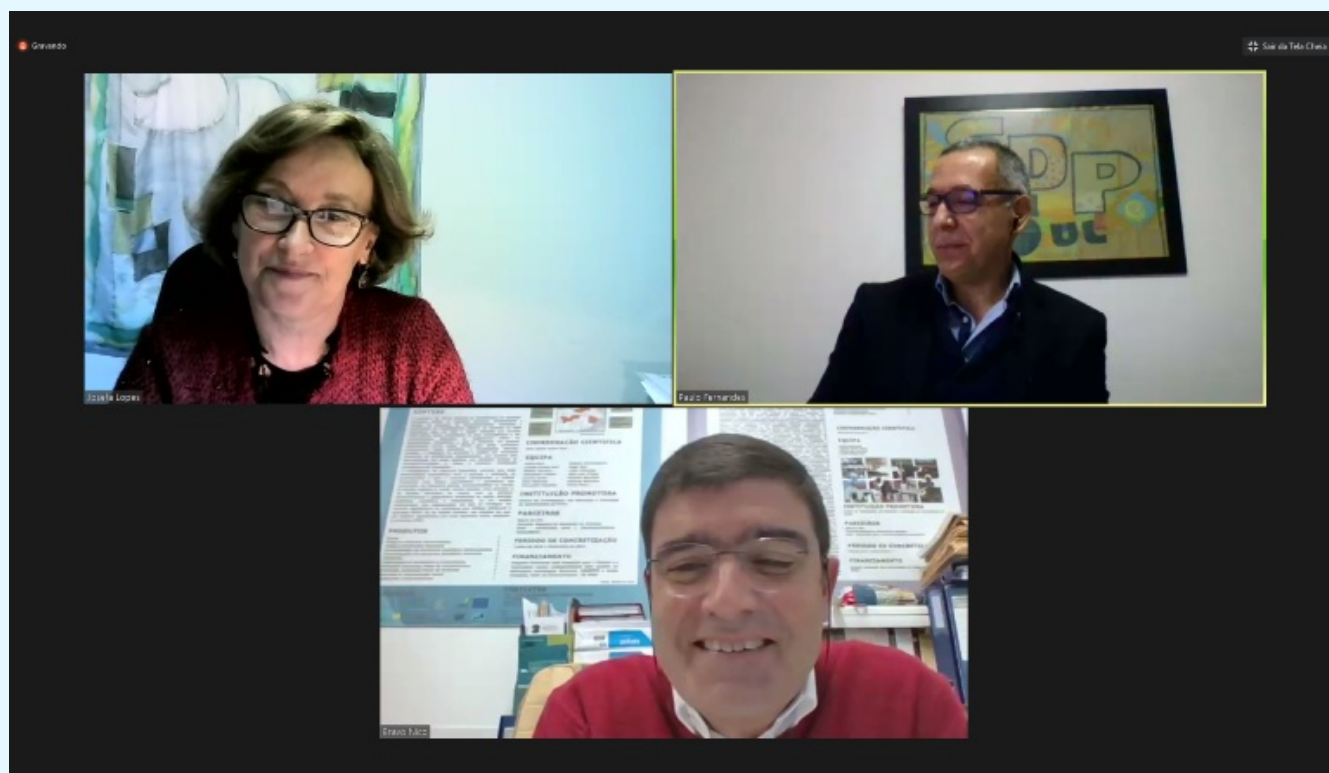
facebook.com/fneduca
facebook.com/canal4pt



CANAL • WWW.CANAL4.PT

Bravo Nico no IV webinar do Fórum FNE 2020

"A diversidade é o melhor terreno para a aprendizagem"



"A palavra 'Todos' é poderosíssima para a equidade e para o direito à educação". Foi desta forma que o Professor Doutor Bravo Nico, orador convidado da Universidade de Évora, lançou o IV Webinar do Fórum FNE 2020, sobre "Um sistema educativo para a equidade", com moderação de Josefa Lopes e Paulo Fernandes, respetivamente Presidente do SDPSul e Secretário Executivo da FNE.

Bravo Nico começou por afirmar que iria apresentar a sua leitura atual da equidade e dos desafios que temos, em três pontos: 1) uma posição política que assumiria desde o início, 2) um imperativo social e 3) dois desafios em concreto. Para o orador, algumas das questões básicas do currículo – entre outras, perguntas como o quê? como? porquê? com quem? – dão-

nos o “perímetro e a geometria de um sistema educativo”.

O webinar começou assim por inscrever-se nas questões técnicas de um sistema educativo que promova a qualidade e equidade, através de duas questões essenciais: a favor do quê? e a favor de quem? Isto é: que valores devemos promover? e qual é o nosso Norte?

As perguntas, para Bravo Nico, devem ser estas: qual o sentido que deve ter este sistema educativo para a equidade? e isto remete-nos para a essência das coisas?

Em sua opinião, para procurar um farol o caminho é a própria Constituição da República Portuguesa, a começar logo pelo Artigo 73º, ponto um, que diz que “Todos têm direito à educação e à cultura”.

Seguindo-se o ponto 2, onde podemos ler que “O Estado promove a democratização da educação e as demais condições para que a educação, realizada através da escola e de outros meios formativos, contribua para a igualdade de oportunidades, a superação das dificuldades económicas, sociais e culturais, o desenvolvimento da personalidade e do espírito de tolerância, de compreensão mútua, de solidariedade e de responsabilidade, para o progresso social e para a participação democrática na vida coletiva”.

O Artigo 74º da Constituição complementa o anterior, reforçando, no seu ponto um, que “Todos têm direito ao ensino com garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar”. Ou seja: todos no acesso e todos no sucesso.

O que está reforçado no “Garantir a educação permanente e eliminar o analfabetismo” e no “garantir a todos os cidadãos, segundo as suas capacidades, o acesso aos graus mais elevados do ensino, da investigação científica e da criação artística”.

Em consequência, Bravo Nico resumiu do seguinte modo a sua posição política de um sistema educativo para a equidade: “Uma Educação Para Todos e de Forma Permanente”.

UM IMPERATIVO SOCIAL

A segunda parte da comunicação de Bravo Nico centrou-se na questão de um sistema educativo para a equidade como sendo um imperativo social.

O orador registou que o pré-escolar ainda não é homogéneo em várias regiões do país, não estando assim o acesso garantido para todos. Por outro lado, ainda temos um longo percurso a percorrer na equidade tanto do ensino secundário como do ensino superior.

Neste último, há uma grande dificuldade de acesso e muitos dos alunos que conseguem aceder não conseguem depois nele permanecer.

Para Bravo Nico, olhando o sistema educativo como um todo - somando a escolaridade obrigatória, o ensino superior, a educação e formação de adultos, a vida ativa e a aposentação - podemos facilmente concluir que estamos longe da equidade.

No entanto, apesar das dificuldades, temos um Serviço Nacional de Saúde que é um dos melhores do mundo, assim como um sistema de solidariedade e proteção nacional muito bom.

O Serviço Nacional de Saúde, a Educação e a Proteção Social são três funções essenciais do Estado e têm que ser tratadas da melhor forma possível, pois este deve ser o nosso desígnio, o nosso imperativo nacional.

Por fim, o orador convidado deste Fórum FNE 2020 selecionou dois desafios específicos para uma escola de equidade: primeiro, uma escola de geometria total para todos, em todos os ciclos vitais, e em segundo lugar uma escola sempre presente para todos, em todos os territórios.

CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO PORTUGUESA

O primeiro desafio tem que ver com um acesso igual ao sistema educativo para todos, permanentemente, com equidade.

Quando refere para todos, Bravo Nico significa uma escola aberta a todas as gerações, ao mesmo tempo, e em permanente interação com a realidade social.

Dito de outra forma, a escola e todo o sistema público de formação deve pensar em todos, tem que entrar nas famílias, funcionando como uma unidade de educação familiar.

O sistema educativo tem que interagir com o trabalho, com as empresas, com as instituições e oferecer soluções que integrem toda a sociedade civil.

“Não basta permitir o acesso das pessoas à escola. A escola também tem de criar acessos às pessoas”, frisa Bravo Nico, para quem “a escola tem que entrar e criar interações com o seu território”. Daqui resulta o primeiro grande desafio de uma escola de geometria total, para todos, em todos os ciclos vitais.

O segundo desafio enunciado por Bravo Nico diz respeito à “nova obra pública mais urgente para o pós-Pandemia”, que é a congregação de três conquistas que temos que concretizar: uma rede digital em todo o território, equipamento tecnológico para todos e, finalmente, a competência digital para todos, sem exceção. Esta nova obra pública tem que proporcionar também um novo acesso.

Para este professor da Universidade de Évora, “quem não tem acesso à rede digital está tão excluído como quem não tem acesso à rede de água ou de eletricidade”.

E milhares de alunos em Portugal ficaram duplamente excluídos durante a pandemia, pois além de terem que ficar em casa ficaram também sem acesso à rede digital. É pois urgente que se convoquem o governo, as autarquias, as empresas, a sociedade civil, para reparar esta situação.

Mas tal não basta. É igualmente necessário dispor de equipamento tecnológico adequado para todos e criar depois condições para desenvolver a literacia e as competências digitais em todo o universo nacional.

Este segundo desafio tripartido resume-se “numa escola sempre presente para todos em todos os territórios”, no fundo, conclui Bravo Nico, “é cumprir a Constituição Portuguesa”.

O orador explicou o seu conceito de um sistema educativo de equidade com o exemplo de sua mãe, de 87 anos, que decidiu voltar à escola para aprender a lidar com as novas tecnologias, na Escola Comunitária de São Miguel de Machede, onde criou a sua rede de interações pessoais: “Há cerca de um ano começou a trabalhar com o Facebook e o regresso à escola moldou-lhe a vida, possibilitando-lhe poder controlar de novo, positivamente, a minha vida”, acentuou Bravo Nico.

O exemplo de sua mãe e da Escola Comunitária de Machede, onde convivem meninos do jardim-de-infância, jovens, adultos e seniores, demonstra um bom exemplo de uma escola abrangente para todas as gerações e como o direito à educação é algo que vive sempre em paralelo connosco e que faz parte do nosso quotidiano.



A ESCOLA COMO PILAR POSITIVO

Seguiu-se um período de perguntas e respostas dos participantes, a primeira das quais sobre como garantir a equidade e como fazer melhor na diversidade. Bravo Nico acentuou que “os países que compatibilizaram melhor quantidade com qualidade são aqueles que têm alcançado mais sucesso na criação de modelos educativos. O caminho é incluir todos no sentido de aumentar o potencial. Nunca se deve deixar ninguém fora. Quando se trabalha com alunos com necessidades educativas especiais não basta cristalizar as dificuldades, mas sim construir procedimentos pedagógicos baseados na positividade. Quanto à diversidade ela é o melhor terreno para a aprendizagem, um recurso curricular inesgotável”.

Quanto à dúvida levantada sobre como levar todas as gerações à escola quando muitas vezes apenas são chamados para ouvir queixas, Bravo Nico assumiu: “A escola tem de ser um pilar do positivo. Não se constrói um projeto educativo com base no negativo. Temos de atacar a dificuldade com uma abordagem pedagógica e pela positiva. Muitos pais desconstruíram a negatividade da escola no Programa das Novas Oportunidades”.

Questionado sobre se a ideia de um serviço nacional de educação deveria ser promovida pelo Estado ou por privados, o antigo deputado afirmou que “a Constituição é clara. Mas todos fazem falta. Não podemos cair na armadilha ideológica do público e do privado.

Por isso, todas as ofertas que disponibilizem qualidade e recursos devem ser aproveitadas”.

A fechar o ciclo de questões, o SG da FNE, João Dias da Silva, deixou duas questões ao orador: os currículos do ensino básico e secundário estão preparados para promover a equidade? e a formação de professores está a levar em conta a equidade?

Bravo Nico respondeu que “os currículos não estão desatualizados para a equidade. O problema não reside no que está arquitetado, mas sim na avaliação. Isto porque é determinada uma pressão que acaba por gerar mais preocupação com o desempenho do que com a questão pedagógica”.

Já em relação à formação Bravo Nico salientou que ela é “uma realidade muito melhorável e que urge uma reconstrução. É sem dúvida uma das áreas mais críticas do sistema educativo, pelo que precisamos de um novo modelo de formação de professores. Outras áreas prioritárias na escola são por exemplo a medicina ou a animação. Temos que construir uma nova dinâmica que se vá impondo por si mesma”.

Coube aos moderadores Josefa Lopes e Paulo Fernandes encerrar este webinar, salientando que esta iniciativa deixou, de certeza, os participantes “a pensar fora da caixa” e que os sistemas educativos com qualidade e equidade são aqueles que não deixam verdadeiramente ninguém de fora.

10 de dezembro

17:00H às 18:00H

fne

FORUM 2020

w5 O ensino privado no contexto europeu
e os desafios para o EPC em Portugal

ORADOR



Rodrigo Queiroz e Melo

Universidade Católica
Coordenador da Comissão Negociadora da CNEF

José Ricardo Coelho

Vice-Secretário-Geral da FNE e Coordenador da Negociação
Coletiva da UGT para o Setor Privado de Educação



Mário Jorge Silva

Secretário Nacional da FNE e
Coordenador da Dinamização Sindical do SPZC



MODERADORES

A participação é gratuita mas com inscrição obrigatória.



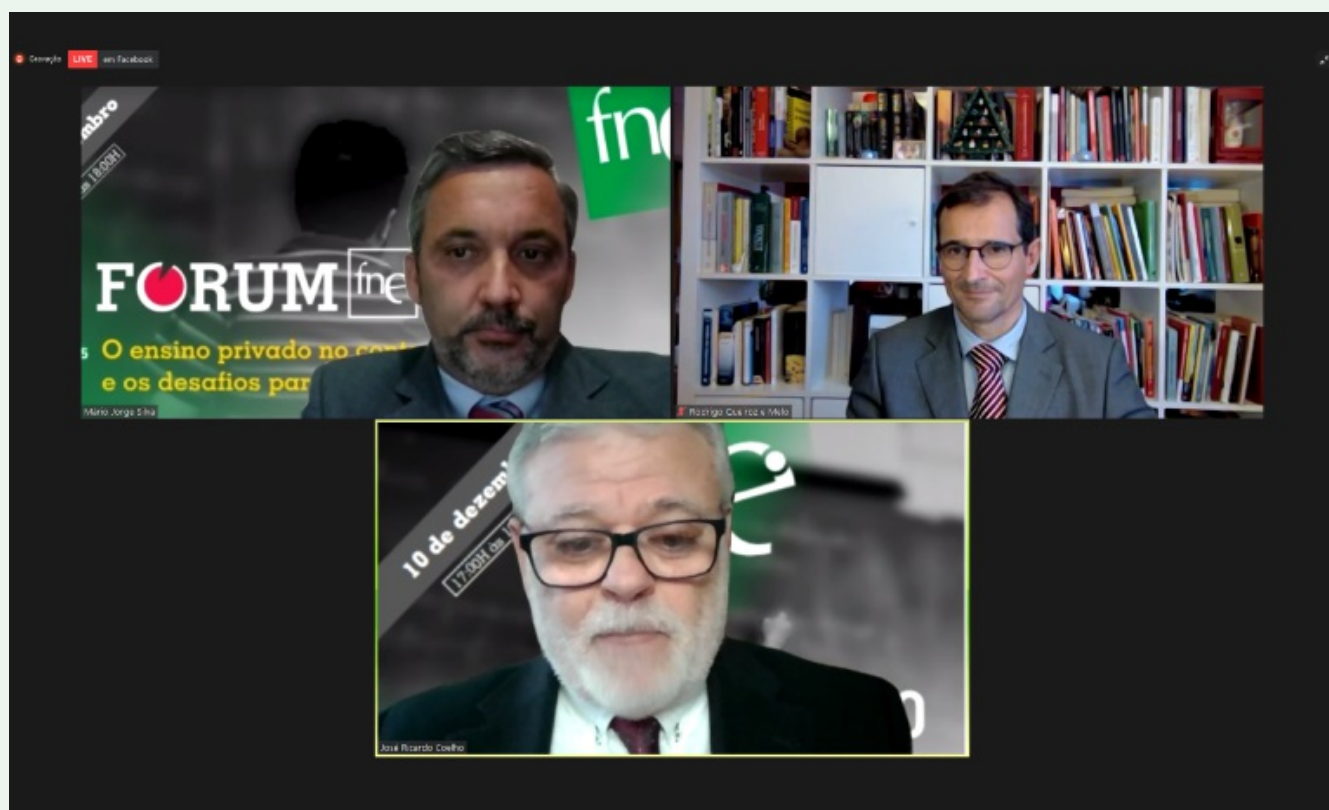
facebook.com/fneduca
facebook.com/canal4pt



aFiet

CANAL • WWW.CANAL4.PT

Rodrigo Queiroz e Melo no fecho do Fórum FNE 2020: «Um muro de betão entre público e privado leva ao desastre»



Coube a Rodrigo Queiroz e Melo (Professor na Universidade Católica Portuguesa e Coordenador da Comissão Negociadora da Confederação Nacional da Educação e Formação - CNEF) fechar o ciclo de cinco webinars do Fórum FNE 2020, como orador convidado no tema sobre "O ensino privado no contexto europeu e os desafios para o EPC em Portugal", moderado por José Ricardo Nunes (Vice-Secretário-Geral da FNE e Coordenador da Negociação Coletiva para o Ensino Particular da Frente de Sindicatos da UGT) e Mário Jorge Silva (Secretário-Nacional da FNE e Coordenador da Dinamização Sindical do SPZC).

Foi com elogios a estas iniciativas digitais que o orador iniciou a sua

participação, realçando que é nestas conversas e debates que surgem as perguntas mais difíceis, mas também as respostas mais sinceras.

E foi assim que começou por apresentar aos participantes o peso do ensino privado e cooperativo na Europa.

Segundo dados do Eurostat de 2016, 20 milhões de alunos (18,7%) estavam em escolas não estatais, num universo de 171 milhões, sendo que 50% desses alunos beneficiam de financiamento do estado.

A distribuição de alunos no privado sem financiamento do Estado deverá andar por volta dos 17%.

Para Rodrigo Queirós e Melo, na generalidade dos países, como em Portugal, o setor privado lidera em inovação.

Isto advém do facto de o enquadramento legal do ensino privado dar mais autonomia aos professores e diretores para "irem mais à frente. Mas o importante aqui não é quem inova, mas sim percebermos que a curto/médio prazo todos os alunos vão acabar por beneficiar dessa inovação. Relembro sempre que a invenção do Diretor de Turma é um desses pontos de inovação e que devemos, portanto, ver isto como algo que nos aproxima e não como algo que nos separa".



De acordo com o diretor Executivo da AEEP (Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo), o número de alunos no ensino privado na Europa varia muito consoante os países e o nível educativo. Verifica-se assim que existem muitos países onde os alunos desenvolvem todo o seu percurso educativo pelo privado, o que faz desmistificar a ideia de que apenas pelo ensino público se alcança o sucesso educativo.

Todavia, Rodrigo Queiroz e Melo defende que "isto não serve para dizer que em Portugal devíamos ter 80% de alunos no privado. Serve sim para realçar que colocar um muro de betão entre público e privado nas políticas educativas é um caminho para o desastre". O orador convidado sustenta a sua ideia em dados de 2006, pouco diferentes dos de hoje, que mostram que "ao dizer-se que quem quiser privado paga está a aumentar a segregação em Portugal".

Oportunidades pós-Covid 19

Mas a situação no nosso país não é pior nem melhor que a de outros países. E enfrenta por agora vários desafios que não podem ser vistos apenas pela perspectiva da falta de professores, que é apontada ao setor. O COVID-19 obrigou ao ensino não presencial e isso foi algo que acabou por trazer muitas novas aprendizagens. Desde logo uma integração quase "à bruta" do digital. Depois a necessidade de criar aquilo a que se chamou de nova coerência curricular. Segundo Queiroz e Melo "percebemos que,

pelo facto de os alunos estarem muito tempo longe do colégio, era preciso logo no início da semana agarrá-los".

Outro aspeto citado foi o da valorização da função relacional e do papel do aluno na aprendizagem. Mas para o professor da Universidade Católica existe uma oportunidade pós COVID-19 que passa por vários pontos. Desde logo repensar o fim da escola, passando também pelo significado de educar, pelo papel dos professores e pelos tempos e locais de aprendizagem curricular. Para tudo isto existem várias respostas e os algoritmos com que convivemos diariamente têm de revelar eficácia e capacidade de chegar a todos.

Isto sem esquecer que, apesar do papel do digital, nada substitui a relação humana. Naquilo que apelidou de "vitórias rápidas", Rodrigo Queiroz e Melo salientou as potencialidades que o pós COVID-19 pode ainda acrescentar, nomeadamente uma escola mais aberta, flexível, com mais suporte, com um ensino mais individualizado, interessante e encorajador.

No lançamento do debate, o moderador José Ricardo Nunes afirmou que um dos desafios que se colocava ao ensino privado era o de parar a fuga de docentes para o ensino público. A esta questão Queiroz e Melo deixou uma posição vinculada: "Os dois grandes desafios do privado e cooperativo são a 'falta' de professores profissionalizados e o de continuar a lançar pontes para estar também na primeira linha do combate ao

insucesso e à exclusão. Queremos estar sempre na primeira linha de combate ao insucesso e exclusão. Há realmente docentes a trocar e não a fugir do privado para o público, porque aparecem vagas apetecíveis e horários completos que são atrativos para alguns".

No entender do orador, esta questão cria preocupação para a gestão do colégio. Mas faltam docentes profissionalizados, pelo que é preciso mudar a forma de recrutamento: "A AEEP é contra o recrutamento exclusivo de profissionalizados. Deveríamos estar também a contratar licenciados sem profissionalização, o que seria positivo para um ensino diferenciado. Há uma solução rápida que passa por fazer uma alteração legislativa que permita recrutar licenciados não profissionalizados de determinadas áreas, que poderia beneficiar a própria inovação".

Quanto ao segundo grande desafio, o diretor Executivo da AEEP deixou ainda outra garantia: "não abdicaremos de, apesar do tal muro, lançar pontes para o combate ao insucesso e exclusão. É um crime em 2021 alunos terminarem o primeiro ciclo sem atingirem competências básicas de leitura e escrita. O ensino privado está disponível para oferecer apoio financeiro a famílias com menos posses e permitir dessa forma que frequentem o ensino não estatal. Termos 17% apenas de alunos no privado não é aceitável para a diversidade e provoca segregação e injustiça".

Para isso, reforça Rodrigo Queirós e Melo, é necessário apostar no diálogo com os partidos. A caminhada apenas se pode fazer num contexto de diálogo social e com coragem dos sindicatos e comissões negociadoras para alcançar acordos. Temos tido tempos muito difíceis nas mesas de negociação e o novo Contrato Coletivo de Trabalho (CCT) da CNEF com a FNE, na estrutura que tem hoje, surgiu porque uma frente sindical teve a capacidade de perceber a importância do diálogo social e da existência de um instrumento de regulação coletiva. Porque sem o CCT o que estava em cima da mesa para os trabalhadores da educação era as relações laborais do ensino privado e cooperativo passarem a ser regidas apenas pelo Código de Trabalho. Isto implicaria deixar de existir carreiras e o ordenado ser o valor mínimo nacional".

Valorizar os docentes é a solução

Finalizada a apresentação, José Ricardo Nunes e Mário Jorge Silva lançaram para o debate algumas questões dos participantes, não sem antes o Vice-Secretário Geral da FNE lembrar os momentos complicados na dura negociação coletiva de 2014 quando a AEPP apresentou a denúncia do Contrato, deixando os professores sem uma regulamentação coletiva: "Foram momentos difíceis, pois o Código de Trabalho nem sequer regula carreiras, mas sim direitos e deveres".

Após esta nota, José Ricardo Nunes voltou à questão da falta de professores e à reflexão de Rodrigo

Queiroz e Melo, discordando da solução apresentada pelo convidado. Para José Ricardo Nunes este problema poderia ser solucionado com a valorização da profissão docente. Pois as carreiras no privado não são atrativas e é necessário criar formas de dar o salto qualitativo na oferta para o início de carreira.

Rodrigo Queiroz e Melo defendeu que "todos gostavam de pagar mais aos professores. Mas é preciso alcançar este objetivo de forma sustentável. A tabela do particular, antes da recuperação dos dois anos, era mais atrativa. Mas não é equitativa. Aumentar a tabela salarial do CCT não vai resolver o problema. O dinheiro não é o único problema, porque a Finlândia, por exemplo, tem falta de educadores no pré-escolar. O setor não vive apenas dos colégios das grandes cidades, e é preciso garantir que noutros locais e nos colégios de menor dimensão as mensalidades colaborem para o sustento da instituição. E nós queremos garantir que o CCT seja cumprido".

Quanto à questão do recrutamento de licenciados não profissionalizados o orador sublinhou que tais professores devem ganhar como professores, pois "não defendemos a existência de professores de primeira e de segunda. O recrutamento público deveria ter critérios e não aceitamos a regra atual de recrutamento público".

O moderador Mário Jorge Silva frisou por seu lado que "não há falta de professores profissionalizados. Há muitos professores profissionalizados noutras profissões, porque

não lhes oferecemos condições para trabalhar na educação, quando precisamos deles. E defendo também que é necessário rever o CCT e dar um passo que permita manter os professores tanto no setor público como no privado. Há efetivamente uma fuga de professores do privado para o público, porque alguns estabelecimentos privados são os primeiros a não cumprir o CCT. Está na altura de, em conjunto, começarmos a pensar numa revisão que também abranja o ensino profissional e o artístico e especializado".

A este propósito, Rodrigo Queiroz e Melo acentuou que "qualquer incumprimento do CCT pela AEPP e/ou pela ANESPO (Associação Nacional de Escolas Profissionais) tem que ser sancionado e que existe caminho para a melhoria, que exigirá sempre um esforço contínuo de ambas as partes". Depois sublinhou que há ainda um outro desafio em comum, que tem que ver com o alargamento do CCT a instituições que não são associadas daquelas duas organizações, através de uma portaria de extensão.

Mário Jorge Silva deixou de seguida uma pergunta final ao orador: "Se pudesse escolher uma prenda neste Natal que prenda seria?" Rodrigo Queiroz e Melo não hesitou na resposta: "Tenho um desejo de Natal: termos cada vez mais capacidade e competência para cuidar do bem-estar dos nossos alunos. Quero que os alunos se sintam protegidos e cuidados e queria que este tema entrasse na agenda educativa".



os sindicatos da desejam



Jorge Santos | *Presidente*

Vivemos neste ano de 2020 um tempo incomum, anômalo e estranho.

Somos como defendia Aristóteles “um ser social”, e isso tem-se revelado durante esta pandemia, no incômodo que a limitação da proximidade social nos tem causado na partilha das nossas relações.

Que este Natal ajude a reconquistar a liberdade que todos ansiamos e que permita de novo aos Educadores e Professores em particular, desempenharem em plenitude, de forma próxima dos alunos, o seu papel imprescindível e insubstituível na Educação.

José Ricardo | *Vice-Secretário-Geral*

Às portas de um novo ano apelo ao Ministro Tiago Brandão que se desprenda, de uma vez por todas, do seu egocentrismo político e reflita mais sobre a natureza e as vantagens do diálogo social e conduza os destinos da educação e

formação do seu país ouvindo os parceiros sociais, discutindo as suas propostas e imprima um registo reformista para resolver os problemas graves da educação. Continuar a silenciar os parceiros sociais demonstra falta de cultura democrática, fraqueza política e incapacidade de tomar decisões que resultem da riqueza do debate plural das ideias.

Pedro Barreiros | *Vice-Secretário-Geral*

O ano de 2020 termina sem que tenhamos conseguido encontrar um parceiro negocial para a defesa da Educação de qualidade e da valorização dos seus profissionais. Chegamos ao final do ano, renovamos o nosso compromisso de, ao longo de 2021, tudo fazer em nome dos trabalhadores que representamos. Que o lema “Nunca desistir” seja fonte de energia, de participação, de proposta e de defesa da melhoria do ensino e da educação, que terá de passar inevitavelmente pela valorização de seus profissionais.



Lucinda Manuela Dâmaso | *Presidente do SPZN e Vice-Secretária-Geral da FNE*

Estamos a terminar um ano complexo e difícil para todos, que nos colocou fortes desafios. Para fazer face a esses desafios, Professores e Educadores colocaram de lado os seus receios, as suas angústias e as suas próprias necessidades para apoiarem e trabalharem com e para os seus alunos. A todos os Educadores e Professores é devido um forte reconhecimento pelo trabalho realizado ao longo deste ano e pela força e coragem que têm demonstrado.

Que o Natal que se aproxima seja de Saúde e Paz para todos. Que o ano de 2021 seja de esperança e que nos continue a dar força para continuarmos a acreditar que, juntos e unidos, ultrapassaremos todas as dificuldades e desafios.



Manuel Teodósio | *Presidente em exercício do SPZC*

Que o ano de 2021 tenha a força e a intensidade necessária para fazer esquecer tudo o que de negativo aconteceu nestes últimos tempos. Para lá de saúde e paz, que seja também portador das boas novas que a educação necessita.



Conceição Alves Pinto | *Presidente do SDPGL*

Tudo o que temos vivido ao longo deste ano foi experienciado por cada um de forma diferente de acordo com as suas circunstâncias. Mas também acreditamos que aquilo em que nos tornamos decorre do que fazemos com as nossas circunstâncias.

Neste natal e no irromper do novo ano o nosso desejo é que, na esperança, tenhamos o querer e a coragem de contribuir para que nós e os outros sejamos mais felizes no aprofundamento de relações portadoras de mais vida.



Josefa Lopes | Presidente do SDPSUL

SEMPRE ao serviço dos professores e educadores, com forte empenho e sentido de responsabilidade, o Sindicato Democrático dos Professores do Sul deseja a todos um Feliz Natal e um ano de 2021 cheio de prosperidade.



Ricardo Baptista | Presidente do SDPA

O Sindicato Democrático dos Professores dos Açores deseja a todos os associados e seus familiares Votos de um Natal Feliz, repleto de paz e de saúde! Que o ano de 2021 seja próspero, vivido com saúde e pleno dos maiores sucessos pessoais e profissionais.



António Pinho | Presidente do SDPM

O SDPM pretende levar a todos(as) os (as) docentes, nesta quadra natalícia, uma mensagem de confiança e de esperança quanto ao futuro, porque o espírito positivo é essencial à superação das adversidades.

O SDPM manteve-se em todas as circunstâncias ao lado dos docentes da RAM, pugnando por uma profissão digna e por uma educação de qualidade, confiante de que a nossa unidade permitir-nos-á reconquistar a dignidade e a autonomia profissional que sempre nos distinguiram e nos diferenciaram.

Precisamos de acreditar para vencer, sendo a esperança uma condição essencial para enfrentar os novos desafios.



Teresa Soares | Presidente do SPCL

Nunca a função dos Sindicatos foi tão importante e nunca o nosso trabalho foi tão difícil. Em clima de instabilidade e insegurança lutamos contra a recusa ao diálogo, contra o autismo ministerial, contra a perda de direitos básicos de todos os que trabalham nas escolas. O desafio é grande, mas estamos à altura dele, porque acreditamos naquilo que fazemos e a palavra “desistir” para nós não existe.



Rita Nogueira | Presidente do STAAEZN

2020 desafiou-nos... Queremos abraçar o novo ano com otimismo e confiança.

O futuro pede transformação e renascimento.

Permita-se entender e dominar os problemas e desafios da vida, tal como o direito a ser feliz.



João Ramalho | Presidente do STAAEZCentro

Natal é tempo de Alegria, Partilha e Fraternidade. Que este clima seja a base para que possamos encontrar a Felicidade e a Paz.

São estes os votos natalícios da Direção do STAAEZC para os sindicatos da FNE e seus associados.



Cristina Ferreira | Presidente do STAAESulRA

Num contexto totalmente inesperado comemoramos este ano o Natal e o Ano Novo. Queremos deixar uma palavra de alento e esperança no novo ano e reafirmar que continuamos com resiliência e convicção a lutar para que os trabalhadores da educação sejam devidamente valorizados e respeitados.

Para todos os trabalhadores da educação umas Boas Festas e muita, muita saúde.



FNE desafiou o Ministro da Educação para a negociação

O Conselho Geral da FNE reuniu a 28 de novembro e deixou um desafio ao Ministro da Educação para que demonstre uma efetiva disponibilidade para o diálogo, para a negociação e para a concertação, traduzida no lançamento de processos que possam acolher as preocupações dos trabalhadores da Educação que a FNE representa.

Em múltiplos documentos, nomeadamente no Roteiro para a Legislatura entregue ao Ministério da Educação no início do seu atual mandato, e nos manifestos que em setembro deste ano também enviou, a FNE identificou um conjunto de matérias que pretende ver discutidos e que inserem no objetivo de melhorar o sistema educativo, valorizar os Docentes e valorizar os Trabalhadores Não Docentes.

A FNE considera então que estes documentos, bem como as propostas apresentadas sobre a organização do tempo de trabalho docente, deverão constituir pontos de partida para o início urgente de negociações que envolvam, nomeadamente, entre outras, as seguintes áreas:

- Combater o envelhecimento do corpo docente e garantir o seu rejuvenescimento;
- Promover a atratividade da profissão docente;
- Respeitar os limites do tempo de trabalho;
- Eliminar a precariedade entre todos os que trabalham em educação;
- Promover a tolerância zero para a indisciplina ou a violência em contexto escolar;
- Dotar as escolas com o número e diversidade de trabalhadores não docentes indispensáveis ao funcionamento das escolas e reconhecer os seus conteúdos funcionais específicos;
- Contribuir para o reconhecimento dos docentes do Ensino Português no Estrangeiro.

O Conselho Geral da FNE mandatou a Comissão Executiva para prosseguir com as ações e iniciativas que forem indispensáveis para que o Ministério da Educação promova a abertura de processos negociais que visem o encontro de soluções benéficas para os trabalhadores da educação e para o sistema educativo português.

FNE deixou o alerta: ME não pode continuar a fingir que a normalidade está adquirida

A FNE fez chegar a 17 de dezembro ao Ministério da Educação, um ofício onde apresentou um balanço negativo da prestação do governo na gestão da pandemia nas escolas, no final do primeiro período deste ano letivo.

Na visão da FNE e como tem vindo a denunciar, não se entende que neste contexto o Ministério da Educação continue a pensar, ou pelo menos a agir, como se estivéssemos a viver um período normal, sem que sejam adotadas as medidas excecionais que a situação anormal que vivemos está a exigir.

E é por isso que através desta nova mensagem enviada ao Ministério da Educação, insistiu na necessidade da rápida determinação de um processo de auscultação dos parceiros da Educação, nomeadamente da FNE, em relação ao lançamento do segundo período letivo, tendo em conta, quer os dados que vão sendo conhecidos sobre a evolução da pandemia, quer a apreciação que sobre a matéria as autoridades de saúde vierem a fazer.

No referido ofício foram ainda reforçadas à tutela as muitas matérias sobre as quais não vamos desistir de exigir as respostas que forem adequadas às especiais e difíceis circunstâncias que vivemos, não deixando de apresentar propostas para que se determinem as soluções essenciais para que a saúde e a segurança sanitária se preservem, para o desenvolvimento no contexto das condições possíveis, da concretização de uma escola inclusiva.

A FNE assume ter consciência das enormes exigências que hoje se levantam, mas é por isso que insiste na necessidade de se garantir que os docentes possam estar exclusivamente investidos naquilo que é o nuclear da sua atividade e que é o seu trabalho com os alunos e por causa dos alunos, dispensando-os de tudo o que possam ser solicitações de outro tipo, assim como a criação de mecanismos que pudessem solucionar a situação dos alunos que permanecem sem aulas.

Também é preciso que as escolas estejam dotadas dos técnicos especializados, dos assistentes técnicos e dos assistentes operacionais que assegurem o funcionamento de todos os serviços que as escolas devem pôr à disposição dos seus alunos neste contexto e com as especiais exigências que nestas circunstâncias uma escola inclusiva deve garantir.

Estas são algumas das questões que a FNE entendeu apresentar ao Ministério da Educação, mas assinando ao mesmo tempo a forma extraordinária como na área da Educação, educadores, professores e trabalhadores não docentes têm respondido com um empenho assinalável às novas condições em que tem sido necessário trabalhar nas nossas escolas sendo que, o que deveria merecer não só o reconhecimento formal, mas que sejam adotados mecanismos que de uma forma muito concreta o traduzam com efeitos imediatos.



Ano letivo 2019/2020 do EPE

Um balanço negativo

Quando em março passado, devido à crise pandémica, foi decidido o encerramento das escolas, o Instituto Camões, que detém a tutela do Ensino do Português no Estrangeiro, cursos de ensino básico e secundário, tomou a decisão correta, optando até fim do ano letivo por ensino a distância.

Foi uma decisão sensata, mas infelizmente tudo o que se seguiu foi extremamente caótico, com professores e alunos praticamente abandonados, sem apoio para superar dificuldades que eram de esperar num tipo de ensino até aí inexistente.

Revelando não estar vocacionado para o ensino a crianças e jovens, o citado instituto inundou os professores de plataformas e formação, ignorando a situação real dos alunos, muitos sem acesso aos recursos tecnológicos ou demasiado jovens para os utilizar.

O processo falhou, quase metade da população escolar do EPE ficou sem aulas e o número de inscrições foi cerca de 600 menos que no ano anterior, sendo que a imposição de continuar a pagar a propina levou muitos pais a optar por não voltar a inscrever os seus filhos, por não terem tido acesso às aulas da sua língua de origem.

Teresa Soares
Presidente do SPCL

ENSINO PORTUGUÊS NO ESTRANGEIRO



CONDIÇÕES DAS ESCOLAS NO REGRESSO DAS AULAS PRESENCIAIS



Consulta Nacional FNE 2020
17 de setembro a 2 de outubro

Novembro 2020

spzn
Sindicato

SPZC
Sindicato dos Professores da Zona Centro



SDP
SUL

SDPA
Sindicato dos Professores da Zona do Alentejo



SINE
SINTE

SINE
SINTE

SINE
SINTE

IE destacou resultados do «Relatório: Condições das Escolas no Regresso das Aulas Presenciais»

A Internacional da Educação (IE) destacou na sua página oficial o Comunicado da FNE de 19 de novembro de 2020, intitulado “Um em cada quatro está nesta situação – FNE reivindica enquadramento adequado para professores de risco”, que apresenta os resultados do Relatório “Condições das Escolas no Regresso das Aulas Presenciais”, resultante da Consulta Nacional feita entre 17 de setembro a 2 de outubro de 2020, a docentes e não docentes, pelos sindicatos da federação.

Com o título “Portugal: Professores de grupos de risco precisam de melhores condições e opções”, o artigo relembrou os resultados do Relatório e apresentou as reivindicações da FNE para docentes e não docentes em tempo de pandemia, incluindo o direito próprio daqueles profissionais da educação ao teletrabalho, no âmbito mais alargado de uma educação em condições de saúde e segurança no trabalho.

O artigo da IE salienta a contínua disponibilidade da FNE para o diálogo que, infelizmente, ainda não foi de todo valorizado pelo Governo.

[Veja aqui o artigo no site da IE](#)

NÃO DOCENTES

O Teletrabalho na Administração Pública Portuguesa Sua origem e o seu enquadramento legal



Foi a crise petrolífera de 1973 que obrigou a uma diminuição do consumo do petróleo consumido através da deslocação dos trabalhadores para o seu local de trabalho, passando por essa razão a ser algum do trabalho executado no espaço empresa, desenvolvido na casa dos trabalhadores, apesar de sempre terem existido figuras afins de teletrabalho, sendo a primeira figura, o telégrafo que usou as tecnologias da comunicação como ferramenta principal, na gestão do caminho de ferro.

Este conceito de trabalho, após a crise petrolífera, teve uma maior implementação com a crescente utilização dos sistemas tecnológicos nas empresas e no seu uso generalizado pelos cidadãos no seu dia-a-dia.

Portanto, as novas tecnologias da informação e da comunicação resultaram na descentralização da empresa e na consequente flexibilização do trabalho, reforçando a figura laboral do teletrabalho.

Podemos assim definir o teletrabalho como modalidade de trabalho desenvolvido num local situado fora das instalações da empresa, através da utilização de meios informáticos regra geral na habitação do trabalhador, o que se traduz numa diminuição das estruturas das empresas, com o respetivo benefício económico para as mesmas.

Com este regime do teletrabalho, o trabalhador não fica limitado ao espaço da empresa, não sendo obrigado a deslocar-se diariamente para o seu local de trabalho, devendo, no entanto, ser respeitada a adequação dos equipamentos e software, que poderão ser da propriedade da empresa ou do trabalhador, conforme o que tenha sido acordado com as respetivas participações económicas.

O respetivo regime de contrato para prestação subordinada de teletrabalho, encontra-se regulado no artigo 164.º do Código do Trabalho que, nos termos do artigo 68.º da Lei 35/2014, se aplica igualmente à Administração Pública Portuguesa.

**FUNCIONÁRIOS
ESCOLA
TAMBÉM EDUCAM**



Esta relação de trabalho pode traduzir-se num vínculo de trabalho subordinado, regime que se encontra previsto no artigo 165.º do Código do Trabalho, permitindo outros vínculos, nomeadamente o da prestação de serviços.

De salientar que o regime de teletrabalho previsto no n.º 1 do artigo 166.º do Código do Trabalho vem estabelecer uma distinção entre teletrabalho interno, em que a atividade é prestada por um trabalhador da empresa, e teletrabalho externo, quando um trabalhador é contratado de início para desenvolver uma atividade em regime de teletrabalho.

Salientamos ainda que o artigo 169.º do Código do Trabalho determina a igualdade de tratamento dos trabalhadores em regime de teletrabalho, transpondo o princípio da igualdade

de oportunidade e de tratamento, prevista no artigo 24.º do Código do Trabalho, fazendo uma absoluta equiparação entre trabalhadores e teletrabalhadores, não permitindo qualquer discriminação dos trabalhadores em teletrabalho perante os trabalhadores internos, no que concerne, entre outros, ao horário de trabalho, retribuição ou direitos laborais.

Este regime de teletrabalho teve um acréscimo significativo com o surgimento do COVID 19, e recorrendo aos dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística, tivemos 998 mil pessoas em teletrabalho, 91,2% em termos relativos ao praticado anteriormente, tendo como razão principal para terem trabalhado a partir de casa a pandemia COVID-19.

Sendo a área Metropolitana de Lisboa a região em que se observou uma maior proporção de empregados em casa, verificando-se ainda que mais de um quarto dos trabalhadores de serviços que trabalharam em casa trabalham na educação, apesar desta atividade ser apenas a terceira com mais população empregada no setor terciário, devendo ser a percentagem de 27,5% de trabalhadores a

trabalhar em casa majoritariamente docentes, dado as escolas terem sido encerradas, de acordo com as primeiras medidas tomadas contra a pandemia e o recurso às aulas online.

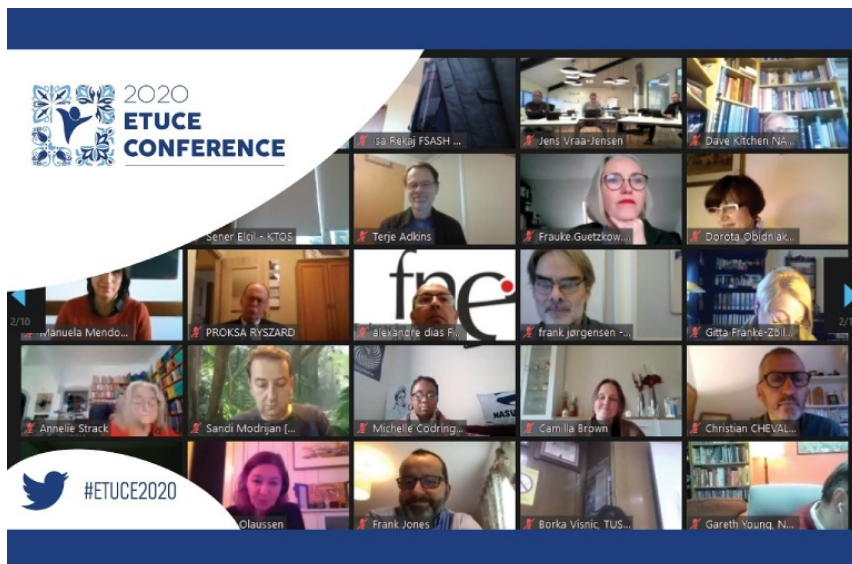
Portanto, fizemos uma breve abordagem à génese do teletrabalho e à sua concretização jurídica no Código do Trabalho Português e na Lei 35/2014, Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, continuando esta análise sobre o teletrabalho na Administração Pública Portuguesa num outro artigo a publicar no jornal da FNE, ao efetuarmos as variantes legais que a pandemia veio introduzir a esta relação de trabalho, baseada nas TIC's e usada como umas das armas anti Covid-19, evitando por esta via o agudizar da crise social, que o encerramento das empresas e serviços poderão provocar.

Votos de Boas Festas para a FNE e seus Sindicatos Associados.

João Gois Ramalho
Presidente do STAAEZCENTRO

STAE
ZONA CENTRO

CSEE traça rumo para os próximos 4 anos na educação



A Conferência/Congresso do CSEE 2020 (Comité Sindical Europeu para a Educação) realizou-se de 30 de novembro a 2 de dezembro, para traçar o rumo para o próximo quadriénio da educação, na Região Europa da Internacional da Educação (IE).

A reunião integrou ainda um conjunto de webinars prévios à Conferência e abertos a todos os interessados.

O CSEE representa 127 federações sindicais, em 52 países da Europa e trabalha para a promoção dos valores democráticos e da igualdade, para o desenvolvimento sustentável e apoio à comunidade docente e não docente.

Pela primeira vez desde 1977, os sindicatos membros do CSEE reuniram-se online, numa reunião inicialmente prevista para Lisboa, com o objetivo de debater questões ligadas à educação e ação sindical e eleger os novos corpos sociais.

A aprovação das contas, do relatório de atividades e do plano de ação

para 2020-2024 estiveram no centro do debate.

Durante a Conferência 2020, foram levantados os problemas existentes na área da educação e a necessidade de se encontrar formas de resolvê-los através do diálogo social - nacional e europeu - e da negociação coletiva.

Os delegados das organizações sindicais da educação identificaram os constrangimentos com que se confronta o setor e abordaram soluções a apresentar nas diferentes áreas, tais como o desenvolvimento ambientalmente sustentável, uma sociedade democrática ativa, a igualdade, a prevenção do aumento das desigualdades, os riscos de redução do financiamento público no setor da educação, a falta de programas digitais nacionais abrangentes ou o aumento da pressão sobre professores e educadores.

Foram ainda a debate temas como os desafios futuros da profissão docente, o ambiente de trabalho do professor: autonomia profissional e

liberdade académica, a prevenção na educação de riscos ocupacionais e estratégias, a educação para a mudança social promotora de progresso em direção à igualdade e inclusão, a transformação digital, a posição unificada do CSEE contra a privatização e comercialização da educação, o apoio aos sindicatos no diálogo social ativo e a renovação sindical.

Entre os convidados para a Conferência contaram-se a Comissária Europeia para a Inovação, Investigação, Cultura, Educação e Juventude, Maria Gabriela, a Vice-Diretora Geral da EAC-DG de Educação, Vivien Hoffman, a Presidente do Conselho de Ministros da Educação da Alemanha, Stephanie Hubig, e o Secretário-Geral da IE, David Edwards.

A Conferência elegeu o novo Presidente do CSEE, Larry Flanagan (Escócia), os seis Vice-Presidentes e os membros do Comité Executivo dos Sindicatos Regionais de Educação da Europa – um por cada país.

Ficou ainda agendada uma reunião de 5 a 6 de julho de 2021, em Liège, Bélgica, onde os delegados adotarão uma ampla gama de resoluções e planos de ação para implementar as políticas determinadas na Conferência.

No último mandato, a FNE assumiu a representação de Portugal no Comité do CSEE através de Alexandre Dias e esteve representada na Conferência 2020 por Joaquim Santos (delegado) e pela Presidente do STAAE-ZN, Rita Nogueira (observadora).

A 3 de dezembro assinalou-se o Dia Internacional das Pessoas com Deficiência e a FNE associou-se à campanha da ETUCE (European Trade Union Committee for Education) "Cada aluno conta, cada professor conta".

**Cada aluno conta,
cada professor conta!**



**Abraçar a diversidade
na Educação**



Education Trade Unions and
Inclusive Schools
Embracing Diversity in Education



O TELETRABALHO: UMA NOVA REALIDADE, NOVOS RISCOS!



O teletrabalho passou a ter uma importância inédita na vida de todos e faz parte integrante do nosso novo dia-a-dia. Também trouxe novas preocupações e novos riscos a nível de saúde!

RISCOS DE ACIDENTES DOMÉSTICOS

Nem sempre, nas nossas casas, se cumprem as mesmas normas de segurança aplicadas ao espaço coletivo que é o local de trabalho. No entanto, quanto mais tempo passamos neles, mais elevado é o risco de acidente!

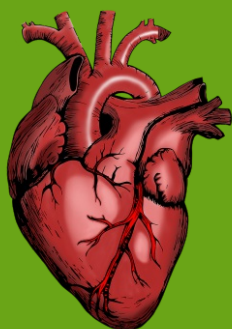
Como prevenir?

- Não adotar comportamentos de risco;
- Ter cuidado com a segurança das instalações elétricas.



RISCOS CARDIOVASCULARES

O teletrabalho pode aumentar de forma substancial os riscos cardiovasculares, seja porque favorece o desenvolvimento de comportamentos aditivos, ou porque agrava o nosso sedentarismo. A falta de exercício e de movimento, a tendência ao consumo de substâncias nocivas ou o aparecimento de distúrbios alimentares são problemáticas que, mais que nunca, nos devem alertar.



Como prevenir?

- Manter uma atividade física ou desportiva;
- Aproveitar os tempos passados ao telefone para se levantar e caminhar durante alguns minutos;
- Manter hábitos de vida saudáveis.

RISCOS MÚSCULO-ESQUELÉTICOS

A insuficiência de ergonomia no nosso novo local de trabalho, por vezes improvisado, é um dos motivos determinantes de problemas posturais recorrentes, podendo resultar em afeções músculo-esqueléticas tais como a lombalgia, cervicalgia, mas também em fadiga e desconfortos vocais e oculares.



Como prevenir?

- Escolher um espaço de trabalho dedicado e isolado quando possível;
- Melhorar a ergonomia do local (investir numa cadeira de qualidade; regular a posição e altura do ecrã, do teclado e do rato; iluminar o local de maneira adequada, privilegiando sempre a luz natural);
- Solicitar, junto do empregador, o material de trabalho apropriado;
- Aplicar a regra dos 20-20-20, para reduzir a fadiga ocular: fixar, a cada 20 minutos, um objeto situado a uma distância de 20 pés (cerca de 6 metros), durante 20 segundos.
- Tentar desligar qualquer tipo de ecrã, após o trabalho, para não se sobre-expor às luzes azuis e aos distúrbios visuais e de sono, que podem provocar.

RISCOS PSICOLÓGICOS

A combinação de vários fatores interligados tais como o isolamento social, a difícil delimitação entre a vida familiar e profissional, o sobreinvestimento pessoal, a perda de referências na relação com a hierarquia, constitui um verdadeiro risco para o bem-estar psicológico dos teletrabalhadores.



Como prevenir?

- Dar uma atenção privilegiada ao respeito dos horários de trabalho e de pausas;
- Evitar, quanto possível, a sobreposição de tarefas familiares e profissionais;
- Manter o contacto com os colegas e a hierarquia;
- Dedicar-se a uma ocupação agradável, pelo menos uma hora por dia, privilegiando as atividades que permitem libertar a tensão ou o estresse: música, relaxação, cozinha, e outros.

O teletrabalho deu, de facto, maior dimensão a riscos já identificados. A rutura abrupta e desprevenida da pandemia não deixou a ninguém o tempo de se preparar devidamente.

O trabalho à distância é agora uma nova realidade perene, à qual temos de nos adaptar.

Diplomas publicados em Diário da República de 26 de novembro a 21 de dezembro de 2020

[Recomendação nº 6/2020 - DR nº 232/2020, Série II de 2020-11-27](#)

Educação - Conselho Nacional de Educação
Recomendação sobre o acesso ao ensino superior e a articulação com o ensino secundário.

[Despacho nº 11790-A/2020 - DR nº 232/2020, 2º Suplemento, Série II de 2020-11-27](#)

Modernização do Estado e da Administração Pública, Educação, Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e Saúde - Gabinetes da Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública, do Ministro da Educação e das Ministras do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e da Saúde
Determina a operacionalização do reforço da capacidade de rastreio das autoridades e serviços de saúde pública para a realização de inquéritos epidemiológicos, rastreio de contactos de doentes com COVID-19 e seguimento de pessoas em vigilância ativa, através da mobilização de docentes com ausência de componente letiva.

[Decreto do Presidente da República nº 61-A/2020 - DR nº 236/2020, 2º Suplemento, Série I de 2020-12-04](#)

Presidência da República
Renova a declaração do estado de emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública.

[Resolução da Assembleia da República nº 89-A/2020 - DR nº 236/2020, 2º Suplemento, Série I de 2020-12-04](#)

Assembleia da República
Autorização da renovação do estado de emergência.

[Decreto nº 11/2020 - DR nº 236-A/2020, Série I de 2020-12-06](#)

Presidência do Conselho de Ministros
Regulamenta a aplicação do estado de emergência decretado pelo Presidente da República.

[Despacho nº 12218/2020 - DR nº 243/2020, Série II de 2020-12-16](#)

Gabinete da Secretária de Estado da Educação
Designa o licenciado Natanael José Carvalho da Vinha como chefe do Gabinete.

[Decreto do Presidente da República nº 66-A/2020 - DR nº 244/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-12-17](#)

Presidência da República
Renova a declaração do estado de emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública.

[Resolução da Assembleia da República nº 90-A/2020 - DR nº 244/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-12-17](#)

Assembleia da República
Autorização da renovação do estado de emergência.

[Resolução do Conselho de Ministros nº 112/2020 - DR nº 245/2020, Série I de 2020-12-18](#)

Presidência do Conselho de Ministros
Aprova a Estratégia Nacional para os Direitos da Criança para o período 2021-2024.

[Decreto n.º 11-A/2020 - DR n.º 246/2020 2º Suplemento, Série I de 2020-12-21](#)

Presidência do Conselho de Ministros
Regulamenta a prorrogação do estado de emergência decretado pelo Presidente da República.



Há +vantagens em ser associado FNE
Clique aqui para consultar os protocolos

Protocolos



+Vantagens

www.fne.pt

FICHA TÉCNICA
DEZEMBRO 2020

proprietário
Federação Nacional da Educação

diretor
João Dias da Silva

editor
Pedro Barreiros

produção de conteúdos
Joaquim Santos e Tiago Soares

secretariado
Teresa Morais

sindicatos membros
Sindicato dos Professores da Zona Norte *
Sindicato dos Professores da Zona Centro *
Sindicato Democrático dos Professores da
Grande Lisboa e Vale do Tejo * Sindicato

Democrático dos Professores do Sul * Sindicato
Democrático dos Professores dos Açores *
Sindicato Democrático dos Professores da
Madeira * Sindicato dos Professores nas
Comunidades Lusiadas * Sindicato dos Técnicos
Superiores, Assistentes e Auxiliares de
Educação da Zona Norte * Sindicato dos
Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de
Educação da Zona Centro * Sindicato dos
Técnicos Administrativos e Auxiliares de
Educação do Sul e Regiões Autónomas

tesoureiro
Joaquim Fernandes

redação
Rua Pereira Reis, 399 * 4200-448 Porto *
tel. 225 073 880 * fax. 225 092 906 *
secretariado@fne.pt

produção gráfica e paginação
Rafael Marques e Tiago Soares





Feliz Natal e um bom Ano Novo

Ao terminarmos este tão difícil ano de 2020, a nossa mensagem é a afirmação, com toda a convicção e determinação, de que tudo faremos para superar os efeitos sociais negativos que a pandemia tem provocado, com a esperança de que em 2021, com o nosso contributo, seja possível um mundo mais justo, fraterno e solidário.

Boas Festas.

